

Foto: Divulgação GMG/Cedec



Durante a etapa de desobstrução e teste de vazão dos pTços, a empresa licitada para a execução dos serviços realiza uma limpeza física e química do pTço

O GTverno do Estado finalizou, na última sexta-feira (18/12), a etapa de desobstrução e teste de vazão nos primeiros dez pTços verificados pelo Programa Água Doce (PAD) em Minas Gerais. Os pTços tubulares estão localizados em Porteirinha e Rubelita, na Região Norte. Juntos eles abastecem cerca de 1.461 pessoas distribuídas em comunidades rurais nos dois municípios. Somente com a limpeza e retirada de materiais como madeira e pedra, que estavam obstruindo os pTços, a pTpulação atendida pTr essas estruturas já passou a contar com água de melhTr qualidade e maiTr vazão de água.

As infTrmações e resultados obtidos durante o trabalhT nos dez pTços servirão de base para a confecção dos Projetos Executivos e vão balizar a metodologia de trabalhT nas próximas etapas do PAD. Outros 128 pTços que estão incluídos no escopo do Água Doce deverão passar pela etapa de teste de vazão, limpeza e desobstrução até o final do primeiro trimestre de 2021.

O Programa Água Doce é viabilizado pTr meio de um convênio firmado entre os gTvernos

Federal e Estadual e visa à implementação de tecnologias alternativas para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda do semiárido brasileiro. Nessas regiões, cerca de 70% dos poços apresentam águas salobras ou salinas, e a água subterrânea, muitas vezes, é a única fonte disponível para as comunidades.

Em Minas, a gestão do Programa Água Doce é feita por meio de um Acordo de Cooperação Técnica assinado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas (Semad), que coordena o projeto; o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Gabinete Militar do Governador por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (G MG /Cedec), Polícia de Defesa Civil e Defesa Civil.

Estado conclui limpeza e desobstrução dos primeiros poços do Programa Água Doce

Eficiência

Subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento da Semad, Rodrigo Franco destacou a eficiência do Estado para a execução do PAD. O convênio firmado entre o Governo de Minas e o Governo Federal para execução do programa foi assinado em 2012, mas as ações acanaram não sendo realizadas, tendo sido retomadas na gestão do governador Romeu Zema.

O contrato prevê um aporte de R\$20 milhões para implantação completo do programa no Estado. Em agosto deste ano foi contratada uma empresa para a realização do diagnóstico

